



Comissão de Viação e Transportes - CVT

Audiência Pública

Tema: Infraestrutura do Sistema Portuário Brasileiro

Brasília, 19 de agosto de 2025

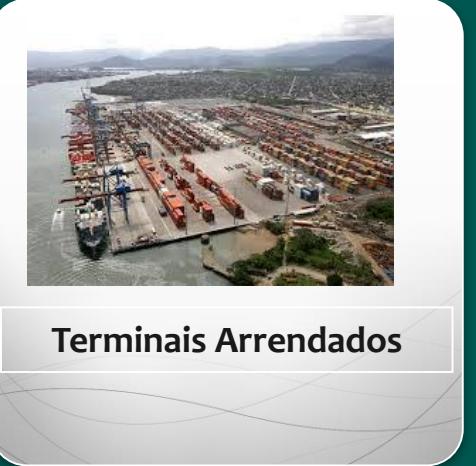
Regimes Jurídicos de Exploração do Setor Portuário Nacional



União

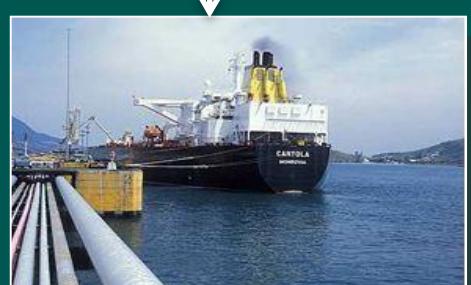


Porto Organizado

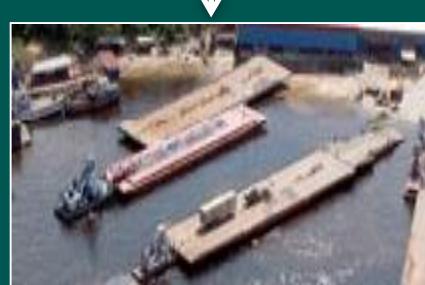


Terminais Arrendados

Instalações Portuárias Privadas



Terminal de Uso
Privado - TUP



Estação de Transbordo
de Cargas - ETC



Terminal de Turismo -
IPTur



IP-4



Outras Instalações

PANORAMA DO SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

- 1) Movimentação dos portos no Brasil bateu novo recorde em 2024: de 1,32 bilhão de toneladas, registrando alta de 1,18% em comparação com 2023, ano em que já havia registrado seu maior resultado.
- 2) Os portos do Brasil registraram, em março de 2025, a movimentação de 113,7 milhões de toneladas, avanço de 5,49% em relação ao mesmo mês do ano anterior e maior patamar já alcançado na série histórica monitorada pela Antaq.
- 3) Porto Itapoá abre 2025 com recorde de movimentação mensal.
- 4) Porto de Suape registrou em agosto/2024 a maior movimentação de cargas em um único mês, desde o início das operações, há 45 anos.
- 5) Porto do Itaqui registrou a maior movimentação de cargas da história em março/2025, ao movimentar 3,29 milhões de toneladas de cargas, crescimento de 14% em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- 6) A Portos do Paraná fechou 2024 com maior movimentação da sua história, com 66.769.001 toneladas, crescimento de 2,1% com relação ao ano de 2023.



DESAFIOS PARA O SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

- 1) Investimentos em ferrovias de norte a sul e de leste a oeste do país;
- 2) Produção de óleo e gás do Brasil, no médio prazo, atingindo níveis dos países que integram a Opep;
- 3) Iminente entrada do Brasil para a OCDE com consequente abertura da economia a novos mercados internacionais;
- 4) Programa de incentivo à navegação de cabotagem, também conhecida como BR do Mar;
- 5) Retomada da indústria naval brasileira;
- 6) Crescimento orgânico dos mercados com PIBs futuros positivos; e
- 7) Utilização de infraestrutura portuária para projetos de geração de energia renovável.



PROPOSTA P/ ENFRENTAMENTO DOS DESAFIOS

- 1) Melhoria no ambiente de negócios (previsibilidade, segurança jurídica e estabilidade regulatória) para a atração de novos investimentos;
- 2) Desburocratização e descentralização de competências visando dotar o setor de maior celeridade na aprovação de investimentos;
- 3) Ajuste no modelo de governança das Autoridades Portuárias introduzindo novas regras para contratação e celebração de contrato de gestão com o Poder Concedente;
- 4) Planejamento do complexo portuário com visão de *cluster*;
- 5) Promoção de ganhos de produtividade mediante a absorção de novas tecnologias e inovação;
- 6) Agenda ESG potencializando o porto como indutor de desenvolvimento sócio econômico nas relações Porto-Cidade e Porto-Indústria (ZAL e ZPE).



PAUTA NO LEGISLATIVO

- 1) Reforma tributária, sua regulamentação e implantação paulatina;**
- 2) Nova Lei das Concessões;**
- 3) Nova Lei dos Portos;**
- 4) Lei do Licenciamento Ambiental;**
- 5) Combustível do futuro;**
- 6) Eólicas *offshore*;**
- 7) BR dos Rios (BR do Mar ainda não regulamentada pelo Executivo).**



AVANÇOS SETORIAIS RECENTES

- 1) Privatização da CODESA e concessão dos portos organizados de Vitória, Vila Velha e Barra do Riacho;
- 2) Leilão de arrendamentos portuários no atual governo (cerca de 35 áreas até 2026);
- 3) Leilão do arrendamento da chamada “Área do Meio” no porto organizado de Itaguaí;
- 4) Potencial leilão de áreas portuárias estratégicas no porto de Santos (STS10 e STS08);
- 5) Transferência do terminal de passageiros Concais no porto de Santos;
- 6) Futura concessão do canal de acesso do porto organizado de Paranaguá cujos estudos já foram aprovados pelo TCU;
- 7) Potencial primeira concessão hidroviária no país (Rio Paraguai, tramo sul);
- 8) Desenvolvimento do modelo de parceria FIPS.



REFORMA DO SETOR PORTUÁRIO (PL 733/2025)

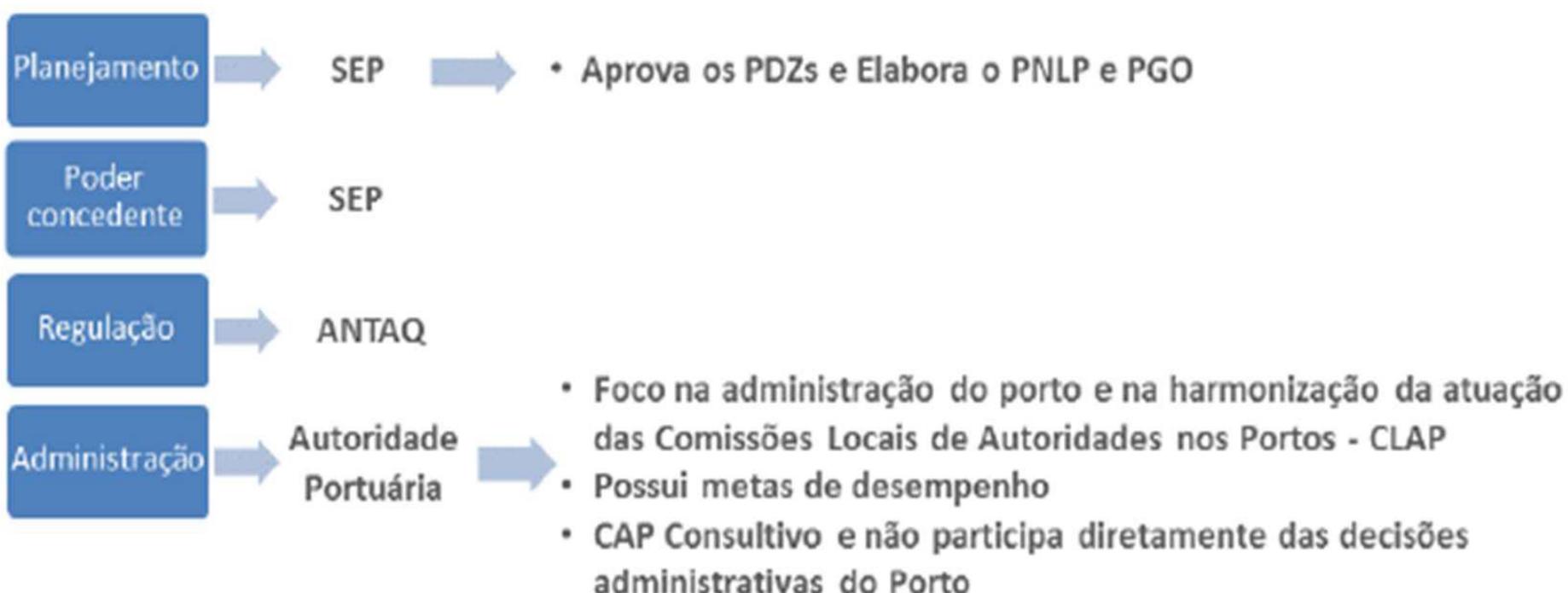
- 1) Descentralização;**
- 2) Desburocratização e simplificação de licitações portuárias;**
- 3) Relação Capital x Trabalho (fim da “exclusividade” de vinculação do trabalhador junto ao OGMO);**
- 4) Modelo de governança das autoridades portuárias;**
- 5) Nova configuração/atribuições do CAP;**
- 6) Implantação do contrato de gestão;**
- 7) Licenciamento ambiental holístico (*cluster portuário*);**
- 8) Fortalecimento da Antaq;**
- 9) Programa Nacional de Dragagem Portuária;**
- 10) Conceito de Economia Azul, Mudança no Clima e Descarbonização;**
- 11) AIR para todos os entes com competência normativa.**



Antes da MP 595/12



Após a MP 595/12





Obrigado!!!

Mário Povia
mario.povia@terra.com.br
(21) 96771-9010